

AUGUSTO E A LUSITÂNIA OCIDENTAL: UMA NÓTULA

Augusto y la Lusitania Occidental: una nota

Augustus and the West Lusitania: a little note

José d'ENCARNAÇÃO
Universidade de Coimbra (Portugal)
jde@fl.uc.pt

Fecha de recepción: 16-7-2014; aceptación definitiva: 16-9-2014
BIBLD [0213-2052(2014)32;197-208

RESUMO: Procura traçar-se, em síntese, o panorama dos testemunhos estudados passíveis de se atribuir ao reinado do imperador Augusto no quadro geográfico da Lusitânia ocidental, ou seja, no território que é, hoje, Portugal, a sul do rio Douro. Mostra-se como foi preocupação dos agentes imperiais, em relação ao *conventus Scallabitanus*, dada a diversidade de povos pré-romanos aí existentes, estabelecerem os limites de cada um (os *termini augustales*) e prepararem uma rede viária de ligação a *Augusta Emerita*. No âmbito do *conventus Pacensis*, as cidades já criadas por César foram alvo de atenção, mas não se terá feito sentir uma actuação muito marcante e também a rede viária não constituiu motivo de preocupação, porventura atendendo às características físicas do território, predominantemente de planície.

Palavras-chave: Augusto, cidades da Lusitânia, rede viária, culto imperial.

ABSTRACT: In the west Lusitania the agents of the emperor Augustus had as main aim to fix the *limites* of each indigenous people who lived in the region; and the establishment of a good road itinerary from *Augusta Emerita* was, in the *conventus Scallabitanus*, a very important purpose to be reached. In the case of the *conventus Pacensis*, that is to say in the south of the Tagus, the attention is addressed to consolidate the urban structure of the cities founded by Jules Cesar.

Keywords: Augustus, *civitates* of the Roman Lusitania, Roman roads, imperial cult.

RESUMEN: En este trabajo se plantea un estudio de los testimonios disponibles atribuibles al reinado del emperador Augusto en el marco geográfico de la Lusitania occidental, es decir, en las tierras que hoy día corresponden a los territorios portugueses al sur del río Duero. Se muestra cómo en el *conventus Scallabitanus* los agentes imperiales, vista la diversidad de pueblos allí existentes, se preocuparon del establecimiento de los límites de cada uno de ellos (*termini augustales*) así como del trazado de una vía a partir de *Augusta Emerita*. En el caso del *conventus Pacensis*, y aunque se les prestó atención a las ciudades fundadas por César, la acción imperial no fue muy significativa al respecto, como tampoco lo fue sobre la red viaria, debido quizás a las características físicas de un territorio predominantemente plano.

Palabras clave: Augusto, ciudades de la Lusitania, trazado viario, culto imperial.

Defendeu Robert Étienne a tese de que a *devotio iberica* constituiu o primeiro sinal do movimento que levaria à instalação, digamos assim, do culto imperial, ou seja, dessa 'promiscuidade' entre o poder político e a religião, na medida em que o poder imperial era visto como uma espécie de emanção da divindade. Os povos da Península Ibérica teriam, pois, em seu entender, ocupado nessa concepção um lugar primordial. Publicada em 1958 (com reimpressão em 1974), a sua obra determinou no autor um interesse especial pela figura de Augusto, o que o levou a publicar, em 1977, *Le Siècle d'Auguste*, uma colectânea de textos escolhidos, acompanhados de reflexões de síntese, nomeadamente a propósito do culto imperial, que tanto o entusiasmará.

Não admira, por isso, que tendo coordenado, primeiro com João Manuel Bairrão Oleiro e depois com Jorge Alarcão, o projecto de escavação sistemática da cidade de *Conimbriga*, os aspectos da política imperial lhe hajam de imediato despertado o maior interesse, até para deste modo integrar na política geral do Império o que *Conimbriga* ia revelando ano após ano.

Assim, quando, em 1976, se realizou em Saragoça o simpósio sobre as cidades «augusteas», apresentou com J. Alarcão o resultado de uma primeira reflexão, a que foi dado o título de «Portugal na época de Augusto», explicitando-se, logo no primeiro parágrafo, que o uso do termo «Portugal» detinha apenas uma justificação funcional¹.

A intenção dos autores foi a de mostrar como se iniciara, com Augusto, o «processus décisif de romanisation de terres longtemps négligées; l'histoire, pour ainsi dire, commence ici avec Auguste» (p. 171), explicitando-se, logo de seguida, que os resultados já então obtidos através das escavações levadas a efeito em *Conimbriga* ajudavam «à en comprendre l'habilité politique autant que l'aspect révolutionnaire» (*ibidem*). Apontando Augusto como um herdeiro da política empreendida por seu pai adoptivo, Júlio César, no âmbito da consolidação de cidades como *Pax Iulia*, *Liberalitas Iulia Eborae* e *Felicitas Iulia Olisipo* ou, até, *Myrtilis*, documentam-se as preocupações imperiais no que concerne à implantação de uma rede viária e, de modo especial, no que respeita à «recuperação do escol indígena» com vista à sua gradual inserção num «modelo político-religioso» (p. 173).

Após traçarem o quadro dessa rede viária, nomeadamente a partir de *Emerita*, e de salientarem o interesse histórico das — ainda não muito abundantes — inscrições relativas à delimitação do território dos povos, mais frequentes entre o Douro e o Tejo (p. 175-176), demoram-se, como arqueólogos, na descrição do que foi, em tempo de Augusto, a decisão de remodelar o coração da cidade de *Conimbriga*, para aí se implantar «un ensemble monumental à la romaine» (p. 180), concluindo:

Ce qui frappe c'est la lenteur et la prudence de Roma qui sait que le temps travaille pour elle dans un monde qu'elle a pacifié. Sans bouleverser les structures sociales, elle cherche à récupérer les élites qui communient dans le culte impérial autant qu'elles font l'apprentissage de l'autonomie municipale. Le Portugal romain à l'époque augustéenne

1. Note-se esse uso —que foi vulgar nessa década de 70— da expressão 'Portugal romano' para significar o que, na época romana, abrangia o actual território português. Trata-se de uma opção metodológica, na medida em que a investigação se centrava, então, muito nas fronteiras político-administrativas contemporâneas, embora houvesse a consciência clara de que esse território, para norte do Douro, pertencera à província da Hispânia Citerior e para sul se estendera, a partir de Augusto, a Lusitânia, que abarcava não apenas o território português, como se sabe, mas também a Extremadura espanhola, até porque a capital, fundada pelo imperador, era *Augusta Emerita*. Atitude metodológica bem diversa se tivera, por exemplo, na época renascentista e também a partir da segunda metade do século XIX em que o termo «Lusitânia» identificava «Portugal», mesmo o que ficava para lá do Douro.

participe donc de ce régime d'équilibre entre passé et présent, entre liberté et autorité, entre traditions et innovations (p. 185).

Em 1987, celebrar-se-ia em Madrid, sob os auspícios da Bayerische Akademie der Wissenschaften, um outro colóquio em que se propunha a análise do binómio «Stadtbild und Ideologie», isto é, que relação se poderia estabelecer entre os modelos urbanísticos adoptados nos finais da República e nos primórdios do Império e a ideologia que lhes estava subjacente. Oportunidade, pois, para Jorge de Alarcão retomar, desse prisma, ampliando a sua análise, os temas abordados no simpósio de 1976, dando especial relevo às delimitações dos povos, ou seja, à organização territorial, com base, fundamentalmente, na documentação epigráfica (*termini augustales*) (pp. 43-44)². A sua atenção vai, depois, para as cidades, discutindo quais terão sido obra do primeiro imperador.

Assim, cidades como *Conimbriga* e, sobretudo, *Pax Iulia*, *Liberalitas Iulia Eborae* e *Felicitas Iulia Olisipo* são analisadas também do ponto de vista da documentação arqueológica, continuando a manter-se a dúvida, ainda hoje persistente, se estas três últimas terão sido mesmo criadas por César, uma criação a que Augusto terá, necessariamente, dado depois a sua maior atenção. Já quanto a *Scallabis* —na actualidade localizada, sem grande margem para dúvida, onde viria a estabelecer-se a cidade de Santarém— quer por surgir designada na documentação como *Praesidium Iulium* quer por os seus cidadãos terem sido inscritos na tribo *Sergia*, parece, de facto, unânime considerar-se fundação de César.

Nessa comunicação passam-se em revista praticamente todas as cidades romanas conhecidas, algumas delas então em começo de investigação como a que se situou na actual Bobadela, de que se sabe ter sido designada *splendidissima civitas* mas cujo nome se desconhece; como *Eburobrittium*, agora já localizada perto de Óbidos; ou mesmo como a *civitas Igaeditanorum* ou *Ammaia*, de que muito progrediram os conhecimentos; ou, ainda, Viseu, onde a recente descoberta de um altar que reputo como fundacional (2013, 382), dedicado a uma divindade tópica, veio trazer novos argumentos a fundamentar a sua importância e singular estatuto.

De *Conimbriga*, por exemplo, houve a preocupação de mostrar o que nela era passível de atribuir à acção do imperador Augusto. De *Pax Iulia* a referência à inscrição —nessa altura em fase de estudo, publicada pouco depois (*FE* 131)— que aponta no sentido de ter pertencido a

2. Não me foi possível consultar ainda a recente publicação de C. Cortés Bárcena, que, segundo informação que me foi gentilmente transmitida, traz notável actualização deste assunto, nomeadamente nas pp. 48-53, 60-62 e 66-69.

Augusto a iniciativa de ter mandado erguer as muralhas da cidade, com as respectivas torres e portas, no ano 2 a. C., o que, tomando em atenção outros exemplos (recorda-se *CIL* XII, 3151, de Nîmes, datado de 16-15 a. C.), poderia reforçar a hipótese de César haver promovido a instalação de população naquela zona —de ocupação pré-romana já documentada— e ter sido Augusto o verdadeiro promotor da sua elevação a colónia.

Em relação à *civitas Igaeditanorum* —seguramente município em tempo dos Flávios, dado que há referências à tribo Quirina e não à Galéria— viria mais tarde a dar-se maior relevo a duas epígrafes, a que Jorge Alarcão alude, sim, mas cujo elevado significado não teve oportunidade de realçar.

Uma é a que regista a bem conhecida oferta de um *orarium* aos Igaeditanos, feita por um cidadão de *Emerita*, pertencente a uma família, a *Tallia* (não à invulgar *Iallia*), de cuja importância em Mérida mais dados se irão, certamente, conhecer³. Recebem-na os *magistri* de quatro *gentilitates*, em que a população da *civitas* estaria agrupada (Encarnação: 2013, 213-214); e caberá a Robert Étienne (1992) lançar a hipótese de se tratar de um acto benemerente, sim, mas de funda conotação política, dado que o *orarium* poderia querer significar a intenção de, também ali, o quotidiano se passar a pautar pelo 'tempo' imperial —e o facto de a oferta ter partido de um notável emeritense sublinharia essa intenção.

A outra epígrafe é a homenagem que a cidade presta a Gaio, um dos filhos adoptivos de Augusto, no momento em que o imperador, preocupado com a sua sucessão, deposita esperanças em Gaio e em Lúcio, nomeando-os Césares, indigitando-os desta forma para um deles —ou mesmo os dois— virem a ocupar o trono após a sua morte. Tinha Augusto plena consciência de que se nomeara *imperator*, porque ascendera ao poder pela força das armas; quisera ser *augustus*, para realçar o apoio divino; mas também não quisera deixar de ser *Caesar* para mostrar legítima assunção do poder pela via hereditária, *divi filius!* A nomeação de Gaio e de Lúcio como Césares deve, pois, ser naturalmente assim entendida. E, por isso, *Emerita, Caesar Augusta*, Medellín, Linares (Cazlona), *Bracara Augusta*, entre outras, apressam-se a mostrar que estão do seu lado, mandando esculpir os seus bustos e colocando-os no fórum. À inscrição *C(aio) · Caesari · Augusti · f(ilio) / pontif(ici) · co(n)-s(uli) · imp(eratori) / principi · iuventutis / civitas · Igaedit(anorum)* não

3. Atendendo a que a leitura *Iallia*, apesar de já por diversas vezes corrigida (veja-se *Conimbriga* 30 1981 181), continua a ser, de quando em vez, repetida, pelo que não deixará de ser oportuno reproduzir-se aqui pormenor da fotografia (Fig. 1) —também publicada por Sá (2007, p. 64, cliché de Delfim Ferreira)— em que o T se lê claramente.

pode deixar de atribuir-se um relevo especial, colocando-a a par das várias outras que, pouco a pouco, vão sendo identificadas e devidamente valorizadas como eco de uma política do 'governo central' mesmo nestes confins ocidentais do Império, como já tive ensejo de referir (2007, 352-355).

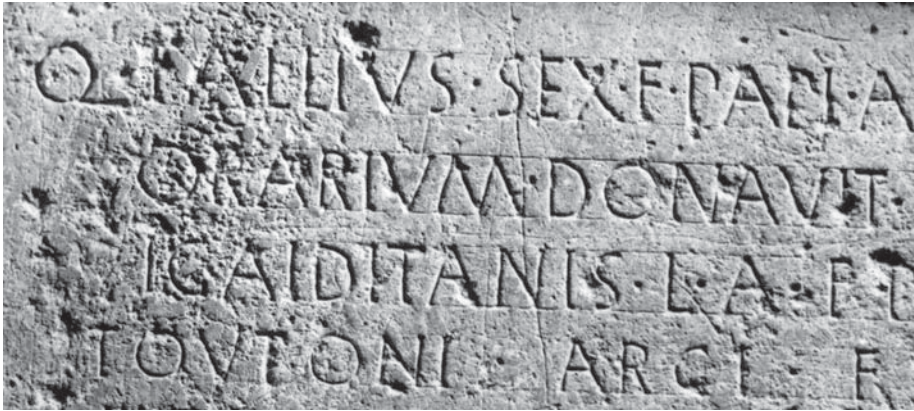


Figura. 1. *Orarium para a civitas Igaeditanorum – pormenor.*

Tiveram natural repercussão na vida política —e, até, económica— da Hispânia e, concomitantemente, na Lusitânia ocidental as vindas do imperador à Península. Esse aspecto tem sido também ultimamente abordado com acutilância; contudo, não se nos afigura que este Ocidente atlântico haja despertado no corte imperial uma atenção específica. *Bracara Augusta*, decerto, dada a proximidade com os Ástures e Cântabros e estariam bem presentes as dificuldades das guerras cantábricas —e a erecção das *Arae Sestianae* assim como a missão de Paulo Fábio Máximo (Tranoy 1981, 327-329) assumem-se como marcos evidentes dessa mútua vontade de unidade e compreensão. Porventura o altar em que apenas se lê *sacrum* (Carvalho *et alii* 2006) seja também susceptível de se integrar no clima de uma política imbuída de religiosidade.

E esse aspecto prende-se com a necessidade de chamar de novo à colação duas epígrafes a que ultimamente tenho procurado dar o maior relevo pela sua singularidade: a verosímil atribuição de *IRCP* 184 a um templo (ou templete) mandado consagrar, em *Salacia*, por um indígena, *Vicanus Bouti filius*, a Augusto em 5/4 a. C., e o pedestal, recentemente reencontrado, dedicado *divo Augusto* por dois augustais, em *Olisipo* (Fig. 2). Ratifica o segundo a já bem documentada conclusão de que coube a

Tibério a política de, através da divinização, fomentar o culto imperial; prova o primeiro, mediante especialmente o uso da palavra *sacrum*, que a *devotio* referida por Robert Étienne teve manifestações concretas ainda mesmo durante o reinado de Augusto.



Figura. 2. *Divo Augusto*.

Conhecia-se a inscrição dedicada a *M. Aurelius*, notável da colónia de *Pax Iulia* que, após ter sido duúnviro, foi eleito flâmine do imperador Tibério. Prestaram-lhe a homenagem seguramente no momento em que, mediante o exercício da *praefectura fabrum*, se preparava para se ausentar da colónia e desempenhar funções equestres quiçá na própria Urbe. O facto de ter sido referida somente por André de Resende —cujas tendências falsárias sobejamente se conheciam— levava-nos a adoptar alguma cautela na utilização deste documento como fonte histórica convincente. Reapareceu agora, em reutilização numa herdade perto da cidade de Beja, e comprovou-se a sua autenticidade. Ora isso permite-nos realçar o que se afirmava acerca do incremento do culto ao imperador, que não abarcou apenas Augusto mas de imediato o próprio Tibério. E essa circunstância leva-nos a supor que há motivos bastantes para acreditar que a própria colónia de *Pax Iulia* terá participado activamente em manifestações desse culto a Augusto, ainda que, até ao momento, vestígios epigráficos nos faltem.

Jorge de Alarcão e Robert Étienne debruçaram-se sobre as cidades que consideraram mais significativas da Lusitânia ocidental, mormente as que se situavam no *conventus Scallabitanus* e, do *conventus Pacensis*, só *Ebora* e *Pax Iulia* lhe mereceram especial atenção, porque eram aquelas que detinham uma relação mais estreita com o reinado do primeiro imperador. *Salacia imperatoria urbs*, por exemplo, detinha já uma existência bem visível antes do Império; *Ammaia* poderá estar directamente ligada à atenção de Cláudio para com a Hispânia, bem analisada por Nony. *Ossonoba* e *Balsa* poderão também relacionar-se com este imperador, dada a menção à tribo Quirina na onomástica de cidadãos por aí identificados. Essa é, aliás, a opinião de Vasco Mantas, que, ao reflectir sobre o estatuto e o território de *Ossonoba* (1993), sugere que tanto a tribo Quirina como «a ausência do epíteto *Iulia* na designação oficial da cidade obrigam a rever a hipótese de uma promoção municipal de *Ossonoba* sob César ou Augusto» (p. 524), sugestão que «é ainda apoiada pelo reconhecido desenvolvimento económico da Bética e do Sul da Lusitânia durante o principado de Cláudio, igualmente atestado em Faro, e [que] permite compreender a presença do busto de Agripina na grande *villa* de Milreu» (p. 524-525). Há, contudo, de referir-se o achamento, em Bias do Sul (Olhão), de um miliário (*IRCP* 660 — Fig. 3), de cuja inscrição o início desapareceu e que, por esse motivo, nos obriga a ser cautelosos quanto a garantirmos a identificação do imperador nele mencionado. Lemos apenas: [...] / AVG(usto) · PON/TIFICI · M/AXIMO / M(*ilia*) P(*assuum*) X (*decem*). Considera Jorge de Alarcão que a contagem das milhas foi feita a partir de *Balsa*; Vasco Mantas prefere, por seu turno, não hesitar «em considerar *Ossonoba* o ponto inicial da balizagem deste troço da via *Baesuris* — *Ossonoba*, pois a distância indicada, equivalente a cerca de 15 quilómetros, só pode referir-se a Faro» e conclui:

Tendo em conta a extrema raridade dos marcos miliários no Algarve, onde a sua colocação parece ter sido ocasional, e a circunstância de o texto alusivo ao imperador aparecer em dativo, consideramos que esta coluna viária se encontrava exactamente na fronteira entre as duas cidades (pp. 525-526).



Figura. 3. *IRCP 660*.

Que conclusão daqui se tiraria? Que também neste extremo meridional lusitano houve intervenção do imperador Augusto —aspecto que, salvo o erro, não tem sido problematizado, quiçá também por apenas termos este documento truncado. Quando o estudei, escrevi:

Nas linhas superiores estaria logicamente o resto da identificação do imperador, que, pelos títulos e pela correcção da gravação e do desenho dos caracteres, poderá ser algum da dinastia júlio-cláudia, inclusive o próprio Augusto, dada a importância atribuída ao cargo sacerdotal grafado por extenso; nas três primeiras linhas poder-se-ia ler algo como IMP CAE/SARI / DIVI F.

E sublinhava, em jeito de conclusão:

Este marco atesta o interesse de Roma pela região logo nos começos do Império.

Na verdade, poderia quiçá argumentar-se que o facto de toda esta área litoral ter mantido desde sempre um carácter deveras cosmopolita,

de antigas e permanentes relações comerciais com o Norte de África, fez com que a intervenção do imperador se tivesse facilmente dispensado ou, até, considerado inoportuna, numa área em que, acima de tudo, pelas suas características, a liberdade de acção era deveras importante.

CONCLUSÃO

Mais do que eventuais ecos das guerras civis entre César e Pompeu e das dificuldades outrora sentidas, protagonizadas por Viriato e por Sertório, Augusto teve de pôr cobro à oposição que os povos do Norte lhe moveram.

A necessidade de ligar *Augusta Emerita* a *Bracara Augusta*⁴ terá chamado a atenção dos seus funcionários para quão imperioso era resolver problemas de delimitação no mosaico de povos que se movimentavam nas serranias de entre Douro e Tejo e, também, para o papel relevante (estratégico e também económico, devido à mineração aurífera) que detinha a *civitas Igaeditanorum*.

As cidades do termo do *aurifer Tagus* e do *conventus Pacensis* já funcionavam, bastava somente estruturá-las um pouco melhor. Nessa região meridional não existiriam rivalidades e talvez uma divindade como *Endovellicus* exercesse também um papel congregador. De *Salacia* recebera sempre boas informações, até porque lhe interessava não interferir nos rendosos negócios do *garum* e do fabrico das ânforas que transportariam para Roma esse *garum*, azeite e vinho. Quanto ao extremo Sul, igualmente se não registariam perigos para o normal funcionamento económico e administrativo: qualquer intervenção aí seria contraproducente, portanto.

Justificado está, por consequência, a diferente paisagem epigráfica e arquitectónica registada.

E —queira-se ou não— o bloco arquitectónico do templo mandado levantar, em *Salacia*, por um vulgar *vicanus* (de que nada mais se sabe a não ser que tivera pai de nome tipicamente lusitano, *Boutius*), a celebrar uma consagração, assume, neste panorama, significado maior, em relação a um imperador que não aceitou ser sumo pontífice enquanto estivesse

4. Alarcão e Étienne referem-se, naturalmente, a essa rede (1976, pp. 177-79), mencionando, por exemplo, o miliário *CIL* II, 4868, datado de 1 de Julho do ano 11 a 30 de Junho de 12. Anote-se também, complementarmente, que o seu sucessor, Tibério, continuou, de forma sistemática, a construção da rede viária da zona, como se documentam pelos miliários *CIL* II, 4749, 4773, 4777, 4778 e 4869.

vivo quem tais funções exercia e que tem, nessa epígrafe (IRCP 184), *pontifici maximo* gravado por extenso — para que não haja dúvidas!

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA⁵

- ALARCÃO, Jorge de e ÉTIENNE, Robert: «Le Portugal à l'époque augustéenne», *Symposium de Ciudades Augusteas* [Bimilenario de Zaragoza, 5-9 Oct. 1976], Zaragoza, 1976, pp. 171-185.
- ALARCÃO, Jorge de: «A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto», in TRILLMICH, Walter e ZANKER, Paul (coord.): *Stadtbild und Ideologie (Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit)*, Kolloquium in Madrid vom 19, bis 23, Oktober 1987. München, 1990, pp. 43-57.
- ALMEIDA, Fernando de: «C. César, príncipe da juventude, honrado em Idanha-a-Velha», *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, 21(1), 1955, pp. 178-185.
- CARVALHO, Helena et alii: «Altar romano encontrado em Braga», *Forum*, 40, jul-dez 2006, p. 31-41. Acessível em: <<http://hdl.handle.net/1822/9250>>.
- CORTÉS BÁRCENA, C.: *Epigrafía en los confines de las ciudades romanas. Los termini publici en Hispania, Mauretania y Numidia*. Roma, 2013.
- ENCARNAÇÃO, José d': «O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões», in NOGALES, Trinidad e GONZÁLEZ, Julián (edit.): *Culto Imperial: Política y Poder* (Actas do congresso realizado no Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 18-19.05.2006). Roma, 2007, pp. 349-367. Acessível em: <<http://hdl.handle.net/10316/10506>>.
- ENCARNAÇÃO, José d': «Religião não-oficial: o conceito e a realidade», in CID LÓPEZ, Rosa María e GARCÍA FERNÁNDEZ, Estela (edit.): *Debita Verba. Estudios Dedicados al Profesor Julio Mangas Manjarrés*. Ediciones de la Universidad de Oviedo, tomo II, Outubro 2013, pp. 379-389 <<http://hdl.handle.net/10316/24519>>.
- ENCARNAÇÃO, José d': «Salacia Imperatoria Urbs», *Arqueología Iberoamericana*, 18, 30-6-2013, pp. 15-24: <<http://www.laiesken.net/arqueologia/pdf/2013/AI18.pdf>>; <<http://hdl.handle.net/10316/23687>>.
- ENCARNAÇÃO, José d': «Gentes e divindades na Lusitânia pré-romana ocidental», *Palaeohispanica*, 13, 2013, 209-217. [Actas del XI Coloquio Internacional de Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Valência, 24-27.10.2012] <<http://hdl.handle.net/10316/24970>>.

5. Agradeço à Direcção ter aceiteado a minha proposta de apresentar esta nóttula em forma de ensaio. Por esse motivo se omitiram no texto a maior parte das referências bibliográficas óbvias, para não quebrar o ritmo da exposição. Optou-se, pois, por as incluir aqui, uma vez que são, de resto, facilmente identificáveis em relação a cada afirmação expandida.

- ENCARNAÇÃO, José d' e FEIO, Jorge: «Um flâmine de Tibério em *Pax Iulia* – CIL II 49 reencontrado», *Conimbriga*, LI, 2014 (no prelo).
- ÉTIENNE, Robert: *Le Culte Impérial dans La Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris, 1974 [reimp. da edição de 1958].
- ÉTIENNE, Robert: *Le siècle d'Auguste*. Paris, 1977.
- ÉTIENNE, Robert: «L'horloge de la *civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie», *Revue des Études Anciennes*, 94, 1992 (3-4), pp. 355-362.
- FE 131 = ENCARNAÇÃO, José d': «Inscrição monumental de *Pax Iulia*», *Ficheiro Epigráfico* 29, 1988, n.º 131. Acessível em: <<http://hdl.handle.net/10316/26278>>.
- GONZÁLEZ HERRERO, Marta: «El uso de la tribu *Quirina* por Claudio. A propósito de CIL II, 159», *Habis*, 44, 2013, pp. 141-156.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, José d': *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra, ¹1984, ²2013. Acessível em: <<http://hdl.handle.net/10316/578>>.
- MANTAS, Vasco Gil: «A cidade luso-romana de *Ossonoba*», in RODRÍGUEZ NEILA, Juan Francisco (coord.): *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía (Córdoba, 1988)*, vol. I, Córdoba, 1993, pp. 515-537.
- MANTAS, Vasco Gil: «As *ciuitates*: esboço da geografia política e económica do Algarve romano», in BARATA, Maria Filomena (coord.): *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa, 1997, pp. 283-308.
- MOREIRA, José Beleza: *A Cidade Romana de Eburobrittium-Óbidos*. Porto, 2002.
- NONY, Daniel: «Claude et les Espagnols sur un passage de l'Apocoloquinose», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 4 (1968), pp. 51-71.
- QUINTEIRA, Catarina e ENCARNAÇÃO, José d': «CIL II 182, de *Olisipo*», *Conimbriga* XLVIII 2009 181-187. Acessível em: <<http://hdl.handle.net/10316/13088>>.
- SÁ, Ana M. de: *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*. Idanha-a-Nova, 2007.
- TRANOY, Alain: *La Galice Romaine*. Paris, 1981.